

SC13900

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

---

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone: 517 700 Fax: 5130 36  
Website: [www.africa-union.org](http://www.africa-union.org)

---

CONFERÊNCIA DA UNIÃO  
Vigésima Quarta Sessão Ordinária  
30 –31 de Janeiro de 2015  
Adis Abeba, ETIÓPIA

Assembly/AU/16(XXIV)

**RELATÓRIO SOBRE O PLANO DE ACÇÃO DE KIGALI PARA  
IMPLEMENTAÇÃO DA DECISÃO DA CONFERÊNCIA  
ASSEMBLY/AU/DEC.516 (XXII) RELATIVA À IMPLEMENTAÇÃO DOS  
COMPROMISSOS DE SHARM EL SHEIKH SOBRE ACELERAÇÃO DOS  
OBJECTIVOS DA ÁGUA E SANEAMENTO EM ÁFRICA**

**Plano de Acção de Kigali**

# Índice

<b>ÍNDICE</b> .....	<b>2</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>2. PROCESSO DE PREPARAÇÃO DO PAK</b> .....	<b>2</b>
<b>3. PLANO DE ACÇÃO</b> .....	<b>2</b>
3.A) INTERVENÇÕES .....	2
3.B) PROPRIEDADE E ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE .....	3
3.C) ACTIVIDADES PRIORITÁRIAS EM CADA ESTADO-MEMBRO .....	4
3.D) CUSTOS DO PLANO DE ACÇÃO .....	4
<b>4. AFECTAÇÃO DE RECURSOS ENTRE OS 10 ESTADOS-MEMBROS</b> .....	<b>5</b>
<b>5. MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS</b> .....	<b>5</b>
<b>6. MODALIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO</b> .....	<b>6</b>
6.A) FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS PARCEIROS .....	6
6.B) MODALIDADES PARA A CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES A NÍVEL NACIONAL .....	7
6.C) MODALIDADES DE MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS DO FUNDO FIDUCIÁRIO DA INICIATIVA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO RURAL (RWSSI) .....	7
<b>7. DESAFIOS PREVISTOS</b> .....	<b>7</b>
<b>8. PRESSUPOSTOS</b> .....	<b>8</b>
<b>9. VIA A SEGUIR E CONCLUSÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>10. RECOMENDAÇÕES</b> .....	<b>8</b>
<b>ANEXO 1: ESTIMATIVA DETALHADA DO PAK</b> .....	<b>ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.</b>

## 1. Introdução

- 1.1. Na sua 22.<sup>a</sup> Sessão Ordinária em Janeiro de 2014, a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo (HoSG) da União Africana (UA) analisou o Relatório Inaugural relativa à Água e Saneamento em África no que concerne aos progressos registados para atingir os compromissos de Sharm El Sheik, de Julho de 2008, sobre a aceleração dos Objectivos da Água e Saneamento em África e tomou uma Decisão (**AU/DEC. 516 (XXII)**) para, entre outros, promover o desenvolvimento e a utilização do sistema de Monitorização e Avaliação do Saneamento e apresentação de relatórios sobre a água e saneamento africanos.
- 1.2. A decisão da Conferência está sendo implementada através de actividades em curso para formular e fazer avançar o **Plano de Acção de Kigali (PAK)** sob a liderança do Governo do Ruanda para alargar os serviços de água e de saneamento a pelo menos mais cinco milhões de pessoas em 10 Estados-membros bem como mobilizar um mínimo de 50 milhões de euros para catalisar a implementação do Plano de Acção como parte das actividades para assinalar 2015 como **Anos em Branco com Eventos de Água e Saneamento em África**. Nesse período, o foco deve ser colocado sobre a acção directa a nível comunitário para a correcção do abastecimento de água e deficiências de saneamento às famílias rurais em África. De igual modo, os custos economizados ao renunciar os eventos de água e saneamento em África e, mais importante, a economia pessoa por hora deverá – a medida do possível – ao invés disso, contribuiu para outros esforços de mobilização de recursos para a implementação das actividades detalhadas no Plano de Acção.
- 1.3. O Relatório de Actividades do PAK do Governo do Ruanda apresentado durante a Conferência da UA de Junho de 2014, em Malabo, apresentou detalhes do processo de selecção de dez (10) Estados-membros da UA pioneiros que participam, nomeadamente: Burundi, República Centro Africana, Chade, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Mali, Mauritânia, Sierra Leone e Sudão do Sul, que contribuíram para a formulação e implementação do PAK. O Relatório de Actividades de Junho de 2014, apresentava igualmente a estratégia de mobilização de recursos; as modalidades de acolhimento e gestão dos fundos contribuídos no BAD em apoio à iniciativa; e um roteiro acordado para a implementação da Decisão da Conferência, incluindo o desenvolvimento do Plano de Acção de Kigali.
- 1.4. Sob a liderança do Governo da República do Ruanda e com o apoio da Comissão da União Africana (CUA), da Conferência dos Ministros Africanos da Água (AMCOW), do Governo da República Federal da Alemanha através do GIZ, e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), estão em curso actividades para mobilizar um mínimo de 50 milhões de Euros para catalisar a implementação do Plano de Acção.
- 1.5. O Plano de Acção de Kigali não é qualquer coisa gravada na pedra mas sim um documento relevante que continuará a envolver e orientar os trabalhos em curso.

## 2. Processo de Preparação do PAK

- 2.1. O Plano de Acção de Kigali é centrado na implementação prática das intervenções orientadas, conforme preconizadas na *Avaliação Nacional das Necessidades* realizadas pelo 10 Estados-membros da UA pioneiros, tendo em conta as lacunas previstas pelas quais os Estados-membros poderão não atingir individualmente as metas dos ODM para o abastecimento de água e saneamento. O instrumento de recolha de dados para o exercício de avaliação das necessidades foi testado no Mali e Lesoto. Os resultados do teste foram então utilizados para orientar um workshop metodológico organizado em Julho de 2014 para formar os Pontos Focais nacionais dos 10 Estados-membros sobre recolha de dados para o Plano de Acção de Kigali.
- 2.2. Um Sistema online de Gestão de Dados ([www.kigaliactionplan.org](http://www.kigaliactionplan.org)) foi disponibilizado aos Estados-membros em Agosto de 2014 para facilitar a compilação e submissão de dados pelos Estados-membros.
- 2.3. Foi prestada assistência técnica contínua aos Pontos Focais durante todo o processo de recolha de dados nacionais, bem como na compilação e validação do projecto final do Plano de Acção.

## 3. Plano de Acção

### 3.A) Intervenções

- 3.1. As informações prestadas pelos Estados-membros apresentam estimativas para as lacunas no abastecimento de água e saneamento em **172** locais geográficos (áreas do projecto) identificados em assentamentos rurais de 10 países. A Avaliação Nacional das Necessidades indica que, no total, são necessárias 19.825 instalações de abastecimento de água para cobrir as necessidades não satisfeitas de 8.322.633 pessoas nas áreas do projecto; enquanto são necessárias 567.704 instalações sanitárias para cobrir as demandas de saneamento básico de 14.368.993 pessoas nas mesmas áreas.
- 3.2. Portanto, uma maior lacuna e necessidade são observadas para o saneamento, em resposta a qual o Governo da República do Ruanda, em consulta com os 10 Estados-membros participantes e a decisão conjunta da Conferência, os parceiros de implementação concordaram em priorizar a prestação de serviços do Plano de Acção de Kigali para **5 milhões de pessoas em serviços de abastecimento de água; e 5 milhões de pessoas em serviços de saneamento básico.**
- 3.3. É nesse contexto que o Plano de Acção de Kigali cobrirá **172 áreas de projecto**, e tem como alvo a construção de **12.388 instalações de abastecimento de água** – furos, poços modernos, fontenários, sistemas de abastecimento de água em pequena escala e sistemas de captação de água da chuva; e **154.658 instalações de saneamento básico** – fossas, latrinas melhoradas e latrinas ecológicas – nos 10 países participantes, com a seguinte repartição:

- **3,981** instalações de abastecimento de água e **23.939** instalações de saneamento básico em **19** locais no **Burundi**;
- **1.455** instalações de abastecimento de água e **14.893** instalações de saneamento básico em **6** locais na **República Centro Africana**;
- **1.770** instalações de abastecimento de água e **11.972** instalações de saneamento básico em **31** locais no **Chade**;
- **405** instalações de abastecimento de água e **25.168** instalações de saneamento básico em **10** locais no **Lesoto**;
- **699** instalações de abastecimento de água e **2.465** instalações de saneamento básico em **6** áreas localizadas na **Libéria**;
- **1.008** instalações de abastecimento de água e **47** instalações de saneamento básico em **36** locais no **Madagáscar**;
- **422** instalações de abastecimento de água e **8.304** instalações de saneamento básico em **42** locais no **Mali**;
- **978** instalações de abastecimento de água e **29.207** instalações de saneamento básico em **10** locais na **Mauritânia**;
- **394** instalações de abastecimento de água e **23.149** instalações de saneamento básico em **3** locais na **Sierra Leone**;
- **1.275** instalações de abastecimento de água e **15.515** instalações de saneamento básico em **9** locais no **Sudão do Sul**.

3.4 Um aspecto principal das intervenções propostas é a análise das abordagens social, institucional e de financiamento que já são utilizadas na mobilização social e na gestão comunitária nos países.

3.5 Por exemplo, Ruanda ganhou experiência substancial com as abordagens sociais tais como o Programa de Promoção da Saúde Ambiental com Base na Comunidade (CBEHPP) e o Clube Comunitário de Higiene (CHC), cuja implementação permitiu ao país reduzir significativamente a carga das doenças relacionadas com a debilitante higiene e saneamento nacional e, com isso, atingir importantes resultados nos esforços para o alcance das metas dos ODM não só para o abastecimento de água e saneamento, mas igualmente os resultados da redução da pobreza.

### **3.B) Propriedade e Envolvimento da Comunidade**

3.6 A mobilização social foi identificada como parte importante da implementação do Plano de Acção de Kigali. A maioria dos Estados-membros informou sobre o uso do *“Saneamento Total Conduzido pela Comunidade”*, *“CLTS”* e outras abordagens que incluem *“Retransmissão Comunitária”* no Mali, *“Ampla Abordagem do Sector”* na Libéria, *“Poupança e Empréstimo da Associação da Vila”*, VSLA e *“Alta Intensidade da Mão-de-obra”*, HIMO no Madagáscar, entre outras.

3.7 As abordagens identificadas serão todas consolidadas no quadro do processo do PAK e utilizadas para contribuir nos esforços para garantir maior sucesso das intervenções durante a fase de implementação do Plano de Acção de Kigali.

### 3.C) Actividades Prioritárias em cada Estado-membro

3.8 As actividades prioritárias a serem implementadas individualmente pelos Estados-membros visam a execução na totalidade do desenvolvimento das infra-estruturas planificadas proposto por cada Estado-membro.

3.9 Sempre que necessário, as intervenções nos diferentes Estados-membros devem ser parceladas em projectos dimensionados de forma adequada, cujo financiamento para implementação é gerido por meio de qualquer uma ou mais das seguintes medidas:

- a) investimentos directos dos Estados-membros participantes, incluindo dotações orçamentais especiais para os ministérios e/ou serviços responsáveis;
- b) programas bilaterais dos parceiros de desenvolvimento nos Estados-membros beneficiários;
- c) financiamento do sector privado através de Projectos de Responsabilidade Social Corporativa subsidiários com empresas privadas em sectores como serviços de transferência de dinheiro pelo telemóvel; bebidas engarrafadas; utilitários; e alimentos e bebidas;
- d) contribuições em espécie das comunidades beneficiárias, bem como de patrocinadores corporativos que fornecem materiais e serviços para apoiar a implementação das actividades; e,
- e) contribuições de indivíduos preocupados; dos Estados-membros da UA, bem como dos parceiros de desenvolvimento da UA soberanos e não-soberanos, canalizados através do Fundo Fiduciário da Iniciativa de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (RWSSI) no BAD.

3.10 Devem ser realizadas, conforme o caso, avaliações dos relevantes projectos, conforme as exigências dos parceiros bilaterais dos Estados-membros; Banco Africano de Desenvolvimento; e/ou parceiros corporativos.

### 3.D) Custos do Plano de Acção

3.11 O custo total das intervenções propostas no quadro do Plano de Acção de Kigali situa-se em **374.947.553 EUROS** dos quais **229.398.971 EUROS** serão atribuídos às intervenções de fornecimento da água e **145.548.582 EUROS** às intervenções de saneamento.

3.12 A estimativa de custos inclui *custos de infra-estruturas* que representam a parte principal do total de custos e *custos da intermediação social, apoio institucional e estudos técnicos* que se elevam a 10% das intervenções de abastecimento de água e 15% das intervenções de saneamento.

- 3.13 Os custos reflectem os diferentes níveis das ambições manifestadas por cada Estado-membro no quadro do Plano de Acção de Kigali para contribuir na eliminação das lacunas para atingir os ODM de abastecimento de água e saneamento.
- 3.14 Para garantir a implementação bem-sucedida do Plano de Acção de Kigali, devem ser intensificados os esforços de mobilização de recursos a nível nacional, para maximizar os benefícios do investimento catalisador do Euro 50 milhões, para ser mobilizados com o apoio do Governo da República do Ruanda.

#### **4. Afecção de Recursos entre os 10 Estados-membros**

- 4.1 Deve ser compreendido que: (i)- o *Orçamento do PAK* é o orçamento total que cobre todos os custos de implementação das intervenções propostas pelos 10 Estados-membros; (ii)- O *Orçamento de Financiamento do PAK* é o orçamento a ser mobilizado sob a liderança do Governo do Ruanda e (iii)- A *Contribuição do País para o Orçamento do PAK* é a quota do orçamento total a ser mobilizado pelos 10 Estados-membros assumindo que todas as intervenções propostas individualmente pelos Estados-membros no quadro do PAK sejam plenamente implementadas.
- 4.2 Os princípios destacados da afecção do orçamento são os seguintes:
- a) O Orçamento de Financiamento do PAK será equitativamente partilhado entre os 10 Estados-membros, independentemente dos custos das intervenções propostas por cada País;
  - b) Devido a situação desfavorável dos progressos registados para o saneamento no Continente, será atribuída uma maior porção do Orçamento ao saneamento no quadro do Orçamento de Financiamento Inicial do PAK. Propõe-se, portanto, uma proporção de 2:3 para repartir a concessão de financiamento inicial dos Estados-membros individuais para as intervenções de abastecimento de água e saneamento.
- 4.3 Os Estados-membros terão a responsabilidade principal de orientação do processo de mobilização de recursos que envolve todos os parceiros de desenvolvimento a nível do país, para complementar a sua quota no financiamento inicial para atingir as suas respectivas propostas de intervenção.
- 4.4 A população a atingir em cada categoria (abastecimento de água e saneamento) será tratada separadamente.

#### **5. Mobilização de Recursos**

- 5.1 Tal como expresso no Relatório de Actividades do Governo do Ruanda, apresentado durante a Conferência da UA de Junho de 2014 em Malabo, o mecanismo de financiamento da implementação do Plano de Acção de Kigali inclui:

- Contribuição dos Estados-membros da UA bem como dos soberanos e não soberanos parceiros de desenvolvimento da UA do Fundo Fiduciário da Iniciativa de Abastecimento de água e Saneamento para Áreas Rurais no BAD;
- Investimento Directo dos Estados-membros Participantes para implementação dos seus planos prioritários de acção;
- Recursos canalizados através de programas bilaterais dos parceiros de desenvolvimento em benefício dos Estados-membros para apoiar projectos prioritários do Plano de Acção;
- Contribuição Voluntária dos Estados-membros Participantes para facilitar a implementação dos seus planos prioritários de acção;
- Poupanças dos eventos sobre a água e saneamento em curso durante os anos 2015 e 2016;
- Contribuição financeira directa de indivíduos através de uma doação baseada numa plataforma pública de financiamento que será utilizada tanto pelo Website do PAK como serviços móveis de pagamentos; e
- Financiamento do Sector Privado através dos derivados Projectos Corporativos de Responsabilidade Social.

5.2 Para a duração do período de cinco anos da implementação do Plano de Acção de Kigali, o Governo da República do Ruanda, em colaboração com Estados-membros beneficiários e do Comité Conjunto de implementação da Decisão da Conferência, deverá convocar anualmente uma **Mesa-redonda de Financiamento dedicada ao Plano de Acção de Kigali**. A mesa-redonda deverá reunir representantes dos Estados-membros; CER; parceiros de financiamento e bilaterais de implementação; sector privado; e as lideranças locais das áreas do projecto para analisar os progressos, bem como os compromissos de recursos e responsabilidades de implementação do Plano de Acção.

## 6. Modalidades de Implementação

6.1. As modalidades de implementação irão analisar o princípio da subsidiariedade e permitirão a utilização, tanto quanto possível, dos sistemas dos países que irão beneficiar do apoio do Governo da República do Ruanda, da Comissão da União Africana (CUA), da Conferência Ministerial Africana da Água (AMCOW), dos parceiros bilaterais de financiamento e desenvolvimento que apoiam o sector da água nos Estados-membros participantes e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

### 6.A) Funções e Responsabilidades dos Parceiros

6.2. O Governo da República do Ruanda, em colaboração com a CUA e AMCOW irá conduzir os processos políticos relacionados com a implementação do Plano de Acção de Kigali e apresentar relatórios das actividades à Conferência da União Africana.



- 6.3. O Banco Africano de Desenvolvimento deve acolher os fundos do PAK contribuídos através do Fundo Fiduciário da RWSSI. Para esses fundos, deverá ser aplicável a estrutura de governação e as modalidades de gestão e implementação do Fundo Fiduciário.

#### **6.B) Modalidades para a Construção de Instalações a Nível Nacional**

- 6.4. Os procedimentos existentes para implementação dos programas nacionais de abastecimento de água e saneamento deverão ser aplicados na execução de todas as actividades necessárias que conduzirão a construção das instalações nas respectivas áreas prioritárias.

- 6.5. De notar que as actividades prioritárias para a implementação do Plano de Acção de Kigali derivam dos planos nacionais de águas e saneamento existentes e a sua implementação deverá utilizar os quadros existentes. Além disso, o Plano de Acção de Kigali destina-se a servir como um meio de transição das actividades inacabadas das metas dos ODM de abastecimento de água e saneamento para os Objectivos de Desenvolvimento sustentáveis previstos.

#### **6.C) Modalidades de Monitorização, Avaliação e de Apresentação de Relatórios do Fundo Fiduciário da Iniciativa de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (RWSSI)**

- 6.6. A prestação de contas, monitorização, avaliação e apresentação periódica de relatórios e mecanismos deverão obedecer as disposições do Acordo Multidoador de Concessão da RWSSI. O Governo do Ruanda, em representação da Iniciativa, deverá integrar o Comité Directivo do Fundo Fiduciário da RWSSI e assim poder ter direito a receber os relatórios financeiros e outros conexos sobre os Fundos do Plano de Acção de Kigali que contribuem para o Fundo Fiduciário. Ele assumirá a responsabilidade para resumir essas informações nos apropriados relatórios dos vários parceiros e intervenientes financeiros, de desenvolvimento e de implementação.

- 6.7. O Governo do Ruanda, em colaboração com os Estados-membros da UA participantes no PAK, CUA e AMCOW, reflectirão sobre o sistema de apresentação de relatórios que recolha informações necessárias para o relatório das actividades realizadas na execução das actividades prioritárias – especificamente a taxa de progressos da construção das instalações necessárias. Os relatórios anuais de actividades serão submetidos pelo Governo do Ruanda à Conferência da UA.

### **7. Desafios Previstos**

- 7.1. Foram identificados os seguintes desafios pelos Estados-membros e devem ser analisados no aperfeiçoamento das actividades prioritárias:

- O desenvolvimento inadequado das infra-estruturas para aceder algumas áreas do projecto que são de difícil acesso durante as estações chuvosas;

- Os problemas de segurança em algumas das áreas do projecto que enfrentam situações de conflito;
- As barreiras culturais e o analfabetismo que levam a más práticas e resistência às intervenções para melhoria da higiene e saneamento;
- A coordenação inadequada das intervenções das partes interessadas no sector da água e saneamento e, em certa medida, o não-alinhamento de algumas intervenções dos parceiros com os planos e políticas do governo;
- A baixa capacidade das comunidades para conduzir e monitorizar as intervenções de abastecimento de água e saneamento;
- Os longos atrasos na elaboração e adopção dos planos de água e saneamento;
- Procedimentos detalhados para o desembolso de recursos e realização de contratos que provoca grandes atrasos nas obras de construção.

## **8. Pressupostos**

- 8.1 Prevê-se que serão postos em prática mecanismos para garantir a implementação política e financeira sustentada do Plano de Acção de Kigali. Supõe-se, igualmente, que as restrições de viagens em vigor para e da África Ocidental, devido à pandemia do Vírus do Ébola, serão levantadas em breve e, portanto, não têm impacto sobre a implementação do Plano de Acção nos Estados-membros participantes na região.

## **9. Via a Seguir e Conclusão**

- 9.1. O Governo do Ruanda colaborará com a CUA, AMCOW e o BAD para envolver todos os intervenientes relevantes para implementar as acções de seguimento dos compromissos e de actualização do roteiro do Plano de Acção de Kigali.
- 9.2. Um Aide Memoire que detalha os *Compromissos e as Responsabilidades* será assinado pelos 10 Estados-membros durante a Conferência da UA de Janeiro de 2015.
- 9.3. Regular seguimento, assistência técnica e monitorização da implementação da *Carta dos Compromissos e Responsabilidades* permitirão a preparação do relatório de actividades para a Conferência da UA.

## **10. Recomendações**

- 10.1 A Conferência deverá aprovar o actual projecto do Plano de Acção de Kigali e apelar aos Estados-membros beneficiários a assinar o *Aide Memoire* e os parceiros de desenvolvimento a apoiar a sua implementação.

- 10.2 A Conferência deverá apelar aos Estados-membros a observar os anos em branco de eventos sobre abastecimento de água e saneamento em África, particularmente no que diz respeito a defesa da renúncia de eventos de água e saneamento em África e, ao invés disso, contribuir tanto para o custo como para a poupança pessoa por hora para outros esforços de mobilização de recursos para traduzir os compromissos existentes em acção.
- 10.3 A Conferência deverá lançar as actividades de implementação do Plano de Acção de Kigali. Todos os Estados-membros da UA; Parceiros da UA Soberanos e não-soberanos, nomeadamente as que trabalham no Sector da Água em África, devem apoiar os esforços de África para marcar o **Ano em Branco de Eventos da Água e Saneamento em África**, comprometendo-se em intervenções de acção directa a nível comunitário para melhoria das condições de higiene e saneamento, bem como o desenvolvimento, utilização e gestão dos recursos hídricos de África.

2015-01-30

# Report on the Kigali plan of action for implementing the assembly decision assembly/au/dec.516 (xxii) on the implementation of Sharm el sheikh commitments on accelerating water and sanitation goals in Africa the Kigali action plan

African union

African union

---

<http://archives.au.int/handle/123456789/5858>

*Downloaded from African Union Common Repository*